

MÁRCIO MOREIRA ALVES

Os jornais parecem boletins de ocorrências policiais. São páginas e mais páginas sobre corrupção e roubalheiras. Há assaltos no Legislativo e no Executivo. Quando surgirem investigadores corajosos, dispostos a enfrentar o corporativismo onipotente dos juizes, deverão aparecer os do Judiciário. A OAS, empreiteira envolvida em 9 de cada 10 escândalos das obras públicas, constrói para o Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, um prédio de 140 mil metros quadrados, a um custo de US\$ 200 milhões. O mobiliário consumirá, certamente, outras boas dezenas de milhões. Para se ter uma idéia do tamanho: os edifícios do Congresso, que abrigam luxuosamente 584 parlamentares e os seus 6 mil funcionários, têm 130 mil metros quadrados. O prédio do tribunal deverá abrigar não mais que 33 juizes.

Diante da devassa e das suas revelações, a opinião pública transforma a sua indignação em manifestações de protesto e em intenções de voto contra os partidos e os políticos mais envolvidos. Esses partidos são conservadores e exerceram o poder ao longo dos últimos anos. Fundamentalmente, são o PMDB e o PFL, com ramificações para o PTB e o PPR. As tentativas de envolvimento dos partidos mais à esquerda, PSDB, PDT e PT não resultaram em acusações convincentes até o momento. Os descrentes dizem que é por não terem exercido suficientemente o poder.

Soma-se à revolta, o desespero pela situação econômica. A inflação, como ressaltou André Lara Rezende, é o pior e o mais injusto dos impostos. Consome os salários dos mais pobres, que não têm mecanismos de indexação. O mínimo já desceu abaixo de US\$ 70 por mês. As medidas a serem anunciadas pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, se resultarem em alguma coisa, são de longo prazo.

O tempo é o inimigo. A disciplina militar começa a ser afetada não só pelos baixos salários como pelas disparidades entre o que se ganha no Legislativo e no Judiciário e o que recebem os funcionários federais. As comparações apresentadas em cadeia de TV pelo ministro da Administração Pública, general Romildo Canhim, provocaram uma onda de indignação que dificulta a manutenção da disciplina. Surgem notícias de interpelações a comandantes que chegam à fronteira da hostilidade. Os coronéis começam a perder a paciência. Os oficiais inferiores já a perderam. São contidos apenas pelo peso da hierarquia. Até quando?

No Congresso, o tempo também corre contra a normalidade institucional. As audiências da CPI transformaram-se em arena de massacres. A cada depoimento exibe-se a podridão dos depoentes e apenas se confirma o já sabido: além de ladrões, são cínicos e mentirosos. As sub-

comissões já recolheram provas suficientes para propor as cassações por falta de decoro parlamentar. A aplicação das leis penais é tarefa do Judiciário. Em consequência, o senador Jarbas Passarinho deve sugerir que se suspendam as inquirições para dar aos sub-relatores e ao relator Roberto Magalhães o vagar necessário para redigirem seus pareceres. Deve, ainda, recusar as pro-

postas de desdobramento das investigações, ultrapassando o exame do comportamento de parlamentares para entrar no de corruptores. O assunto seria de outra CPI.

O prazo de 45 dias para o trabalho da CPI do Orçamento acaba dia 3. Roberto Magalhães quer estendê-lo até dia 30. Passarinho gostaria de ter o trabalho encerrado dia 20. Qualquer que seja a decisão, os pedidos de cassação só poderão ser votados em março, talvez em abril. É o tempo funcionando como inimigo da normalidade.

OS PEDIDOS DE CASSAÇÃO DOS MANDATOS SÓ PODERÃO SER VOTADOS EM MARÇO